

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

Arrecadação de ICMS do Ceará caiu 18,4% no sexto bimestre de 2022, como provável consequência da redução da alíquota nos setores de combustível, eletricidade e comunicações.

1 . Receitas do 6º Bimestre de 2022

Pretende-se com esse Enfoque apresentar, de forma resumida, o comportamento das principais fontes de receita do Estado do Ceará até o mês de Dezembro de 2022, sendo destacado o desempenho da arrecadação vis-à-vis com a dos anos anteriores.

Assim, na Tabela e Figura 1 são apresentados os valores arrecadados, no sexto bimestre de 2022, das principais fontes de receitas do Estado do Ceará, sendo possível observar que para o ICMS e IPVA o poder público local possui alguma discricionariedade para estabelecer alíquotas e exercer o poder de fiscalização. Como pode-se observar o principal tributo arrecadado pelo Governo do Estado é o ICMS, cuja arrecadação totalizou, no sexto bimestre de 2022, R\$ 2,81 bilhões. Esse desempenho representa redução de 18,39%, em relação a idêntico período de 2021, e 4,7%, relativamente a idêntico bimestre do ano de 2019.

É interessante observar que a queda de arrecadação, mencionada no parágrafo anterior, é, muito provavelmente, uma consequência direta da redução da alíquota máxima de ICMS cobrada em produtos considerados como essenciais, como combustíveis e eletricidade. É importante ressaltar que diferentes fatores, como a redução do preço dos combustíveis, ocorreram de forma concomitante a redução da alíquota, contribuindo para essa redução.

A segunda maior fonte de receita própria, isto é, que depende do esforço de arrecadação local, é o IPVA, que, como pode ser visto na Tabela 1 e Figura 1, a arrecadação desse tributo, apresenta-se relativamente estável no final de cada ano, oscilando em torno de R\$ 60 milhões arrecadados no último bimestre de cada ano.

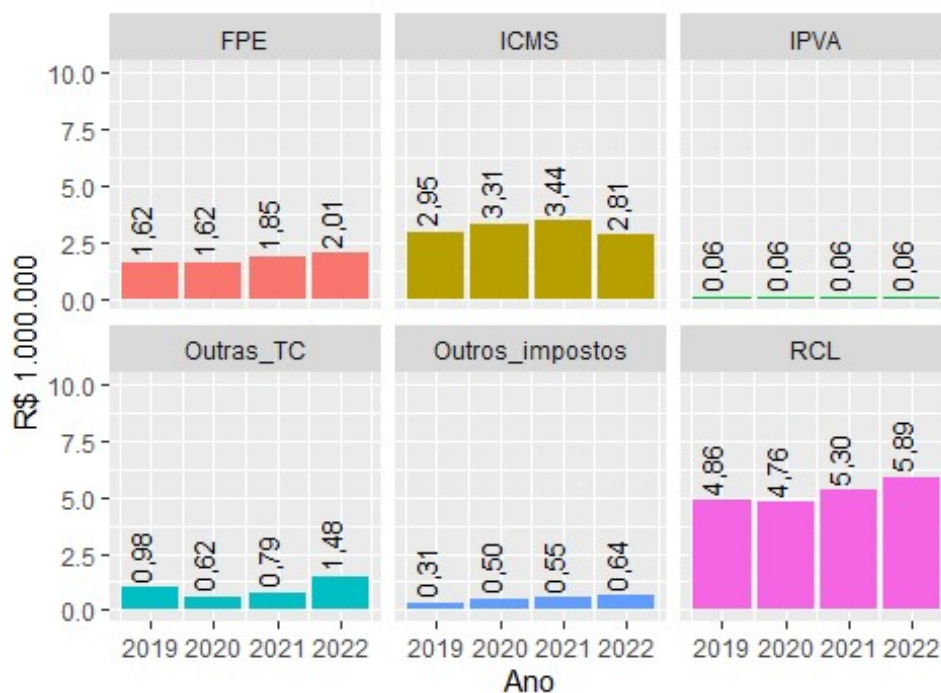
Tabela 1: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará no 5º Bimestres: 2019 a 2022 (R\$1.000.000 de Out/2022)

Receita	2019	2020	2021	2022	$\Delta\%2022/2019$	$\Delta\%2022/2021$
RCL	4.861,05	4.760,19	5.297,92	5.891,07	21,19	11,20
ICMS	2.950,44	3.313,78	3.444,94	2.811,29	-4,72	-18,39
IPVA	63,44	63,85	62,38	63,98	0,85	2,57
Outros Impostos	308,34	496,25	553,41	638,02	106,92	15,29
FPE	1.619,12	1.624,27	1.853,76	2.013,79	24,38	8,63
Outras Transf. Corr	983,00	616,08	792,64	1.479,88	50,55	86,70

Fonte: SEFAZ/Ce

OBS.: Atualizado pelo IPCA

Figura 1: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará no 5º Bimestres: 2019 a 2022 (R\$1.000.000 de Out/2022)



Fonte: SISTN
Obs.: Corrigido pelo IPCA

Na categoria dos demais impostos, em que estão incluídos ITCD e taxas entre outras receitas, constata-se que elas cresceram de forma sistemática desde o ano de 2019, tendo mais que dobrado o seu valor desde então. Já as receitas provenientes do FPE, por sua vez, apresentaram incremento, tanto quando se compara com o ano de 2019 e 2021, 24,4% e 8,6%, respectivamente.

Como consequência do comportamento dessas fontes de receitas constata-se, ainda na Tabela 1 e Figura 1, que a RCL (Receita Corrente Líquida) do Governo Cearense, que é a receita disponível para o pagamento das despesas de funcionamento do poder público e para o financiamento de políticas públicas, apresentou crescimento no sexto bimestres de 2022. Destaque-se que essas receitas foram 21,19% superiores ao valor observado em idêntico período de 2019 e 11,20% maiores que as de 2021.

2. Receitas Acumuladas em 2022

Considerando-se as receitas estaduais acumuladas até o final do sexto bimestre, cujos dados são apresentados na Tabela 2 e Figura 2, constata-se que queda de arrecadação de ICMS, no ano de 2020, decorrentes das medidas sanitárias, adotadas naquele ano, foi superada já no ano de 2021, sendo possível constatar que, tendo por referência o ano de 2019, elas cresceram 6,7% até o ano de 2022.

O IPVA, por sua vez, apresentou crescimento em todos os anos do período em análise, tendo um desempenho melhor, tanto no período 2022/2019 como 2022/2021, do que o do imposto sobre o consumo. O incremento da arrecadação do IPVA em 2020, em relação ao ICMS, provavelmente, deve-se ao fato do

pagamento desse tributo ser concentrado nos meses de janeiro e fevereiro, ou seja, antes da adoção das medidas de restrição ao contato social.

Já a categoria outros impostos, deve-se considerar que houve uma arrecadação atípica de ITC no ano de 2019, influenciando na redução observada em 2020. Porém deve-se mencionar que essas receitas cresceram de forma sistemática até o ano de 2022, ficando mais de 20% acima do arrecadado em 2021.

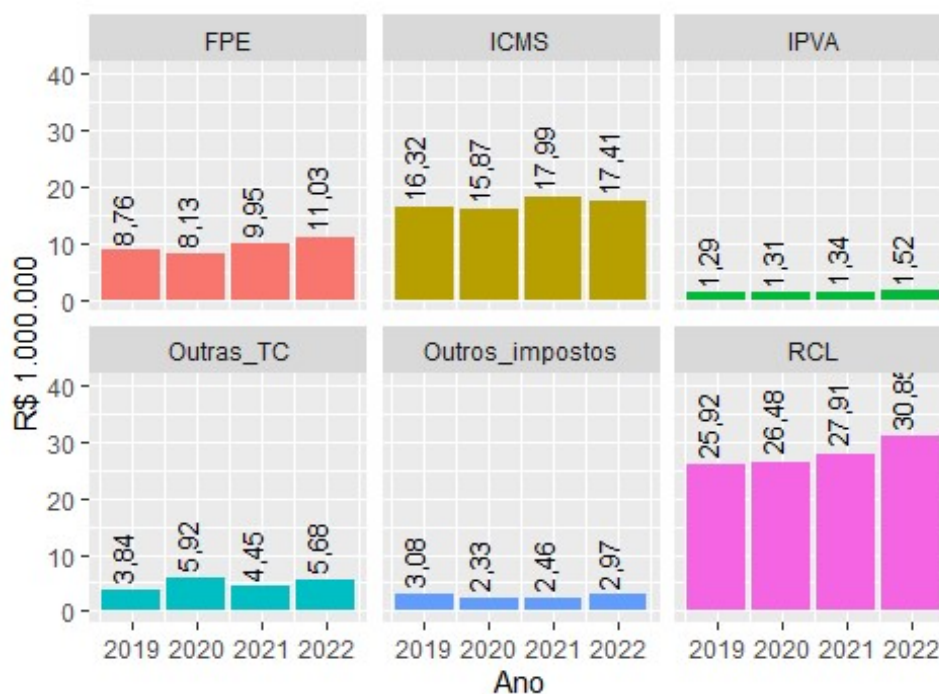
Tabela 2: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará até Dezembro: 2019 a 2022 (R\$1.000.000 de Dez/2022)

Receita	2019	2020	2021	2022	Δ% 2022/2019	Δ% 2022/2021
RCL	25.923,93	26.484,21	27.905,24	30.849,73	19,00	10,55
ICMS	16.320,66	15.874,22	17.990,48	17.410,03	6,67	-3,23
IPVA	1.289,46	1.307,75	1.336,39	1.519,49	17,84	13,70
Outros Impostos	3.079,73	2.329,16	2.461,81	2.972,74	-3,47	20,75
FPE	8.759,84	8.130,82	9.953,84	11.034,88	25,97	10,86
Outras Transf. Corr	3.844,58	5.918,57	4.447,11	5.680,64	47,76	27,74

Fonte: SEFAZ/Ce

OBS.: Atualizado pelo IPCA

Figura 2: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará até Dezembro: 2019 a 2022 (R\$1.000.000 de Dez/2022)



Fonte: SISTN

Obs.: Corrigido pelo IPCA

O FPE por sua vez apresentou crescimento significativo no ano de 2022, tanto com relação ao ano anterior como com relação a 2019, sendo seu desempenho bem superior ao do ICMS. Esse fato sugere que houve incremento da dependência do Governo do Ceará relativamente a receitas transferidas pela União. Esse fato deve ser objeto de uma investigação mais minuciosa para ser explicado.

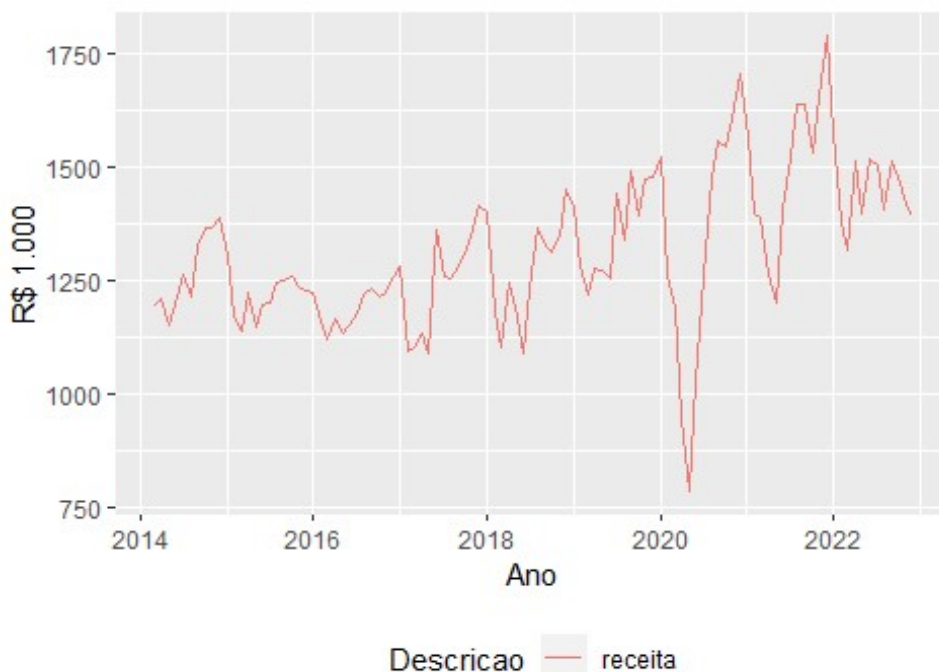
Dado o comportamento dessas fontes de receitas constata-se que houve crescimento da RCL do Estado do Ceará até Dezembro de 2022, sinalizando que, ao menos do ponto de vista das receitas, que o poder público local passa por um momento fiscal com menor nível de restrições do que aquele presenciado no ano de 2020. Porém deve-se destacar que para um melhor diagnóstico da situação fiscal do Estado é necessário analisar o comportamento de vários outros indicadores fiscais.

3. Dinâmica do ICMS

Tendo em vista o forte impacto observado na arrecadação de ICMS, pelo Governo do Estado do Ceará, é interessante observar o comportamento da arrecadação desse tributo nos últimos anos, cujos dados são apresentados na Figura 3. Em primeiro lugar observa-se que, entre os anos de 2014 e 2016 ele apresentou uma tendência declinante, sendo esse fato uma possível consequência da crise econômica nacional iniciada naquele ano.

Posteriormente, entre 2017 e início de 2020, a tendência passa a ser de crescimento da arrecadação, que foi interrompida com a adoção de medidas de restrição ao contato social em março de 2020. É interessante observar que a volatilidade da arrecadação de ICMS aumentou significativamente, sendo possível lançar a hipótese de que, tanto em 2020 como em 2021, a queda de sua arrecadação no início do ano foi compensada pelo crescimento excepcional no segundo semestre, quando as medidas de restrição ao contato social foram relaxadas, tanto em 2020 como em 2021.

Figura 3: Dinâmica da arrecadação do ICMS do Estado do Ceará (R\$1.000.000 de Dez/2022)



Fonte: SISTN, Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA

Já no ano de 2022, observa-se que há uma redução na volatilidade da arrecadação do ICMS, entretanto é possível observar que seu comportamento difere daquele observado nos anos anteriores ocorrência da pandemia de Covid-19. É interessante observar que nos anos de 2017, 2018 e 2019 a arrecadação na primeira metade do ano era inferior àquela do segundo semestre, com o maior valor arrecadado ocorrendo no último bimestre do ano.

Nesse sentido, é plausível supor que as restrições impostas para alíquotas de ICMS que incidem sobre bens e serviços como combustíveis e eletricidade alteraram a dinâmica da arrecadação desse tributo no Estado do Ceará.

Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Sandra Maria Olimpio Machado – Secretária

Auler Gomes de Sousa – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

ENFOQUE ECONÔMICO – Nº 248 – Março/2023

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Título:

Comportamento das Principais Receitas do Governo do Ceará no Sexto Bimestre de 2022

Elaboração:

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas)